

2 JUN 1986

# A única reforma que o governo não faz

Não sabemos de todos os resultados do seminário que o presidente Sarney manteve com a cúpula econômica do governo no último fim de semana em Carajás. Sabemos apenas aquilo que os jornais publicaram. O que porventura se tenha passado nos bastidores da reunião virá a público, ou não, conforme sirva para modificar, ou não, a atitude geral do governo.

O Plano Cruzado vai bem — já se disse dezenas de vezes. O que não se diz é que o Plano Cruzado está vivendo praticamente apenas do "choque" antiinflacionário que ele produziu. Eliminada, ou reduzida drasticamente a chamada inflação "inercial", num primeiro momento ficou, de fato, muito pouca inflação residual — que levará tempo para reconquistar momentum, como se diz em física. O governo, portanto, ganhou prazo e fôlego com a primeira fase do Plano Cruzado, que fez três meses de idade na última quarta-feira.

Mas esteve perdendo tempo, a nosso ver, até agora. O Plano Cruzado tem ido bem por virtude própria, praticamente, e não por obra do governo. Na verdade, chamá-lo de Plano é uma impropriedade: até antes do seminário de Carajás o choque heterodoxo foi uma medida isolada, e não parte de um verdadeiro plano. Se não, onde estará o restante desse "plano"?

Após a edição do Decreto 2.383, o que o governo mais fez foi retórica sobre intenções de grandes reformas — mas nem sempre as reformas mais necessárias e mais imperativas. Exemplo típico foi o da reforma agrária, colocada como prioridade por um governo que precisa sobretudo e antes de mais nada equacionar e resolver seríssimos problemas internos, até para poder funcionar direito, e, então sim, administrar com eficiência reformas externas, na economia privada, no campo cultural, educacional, jurídico e até político.

A reforma administrativa, que se impõe como medida instrumentalizadora, ou seja, para adaptar o governo a uma nova realidade, superando os vícios do passado e caminhando para um Estado moderno e democrático, vem sendo conduzida a passo de tartaruga. Um petit comité formado pelos ministros Funaro, Aluísio Alves e Sayad recebeu prazo até o mês de agosto para entregar ao presidente da República um roteiro (sic) que deverá orientar essa reforma.

No entanto, a cada momento, cada pessoa que viaja a Brasília e conversa com as autoridades volta com a absoluta certeza de que não existe problema mais urgente, mais imediato e mais ameaçador para ser resolvido do que o ajuste financeiro do setor público como um todo, de um lado, e a sua reestruturação administrativa. As duas coisas são absolutamente interligadas. Trata-se de reduzir as despesas do setor público, aumentar a eficiência da máquina administrativa e adaptar essa máquina para funções compatíveis com um novo modelo e uma nova filosofia de administração democrática, que já conquistou mentes e corações pelo menos na cúpula do governo.

Ora, só isso é trabalho insano e intenso para todo um mandato de governo, portanto deveria já ter começado há muito. Els porém que um ano e meio de governo Sarney praticamente já se esciou e essa reforma das reformas permanece, praticamente, na estaca zero — a não ser nas entrevistas do ministro Aluísio Alves, ou no discurso dos ministros da área econômica, para os quais os dispêndios do setor público vêm sendo significativamente reduzidos.

É que, infelizmente, para este país, nem a CUT, nem a CGT, nem o PT, nem a CNBB, com seus bispos teutônicos, estão exigindo essa reforma. O governo da Nova República adotou o slogan que foi exaustivamente usado pelos governos militares: não agimos sob pressão (é o único governo democrático do mundo que não age sob pressão). Todos os outros só agem sob pressão, mesmo porque essa é a principal característica das democracias. Mas todos sabemos que isso não é verdade. O governo Sarney só não age sob pressão quando a pressão não é feita por grupos totalitários. Quando os totalitários pressionam, no entanto, ele age depressinha, ainda que desastradamente, como estamos vendo no caso da reforma agrária.

Mas voltemos ao déficit público. Misteriosamente, apesar da retomada da economia e do aumento da arrecadação fiscal, ele continua crescendo e, segundo os próprios técnicos do governo, ameaça chegar a 5% do PIB, ou mais, neste ano.

A crença predominante em Brasília, no momento, na cúpula da administração econômica, parece que voltou a ser a de que o déficit do setor público não poderá ser reduzido se não for resolvido o problema do encargo da dívida externa. Ou seja, enquanto o Brasil estiver "transferindo para o Exterior", como insistem em dizer as autoridades econômicas, cerca de 4 ou 5% do PIB, não será possível resolver o problema do dispêndio financeiro das estatais, por exemplo. Portanto, o que é preciso é lutar pela "reforma" (outra reforma) do tratamento do problema da dívida externa, por parte dos credores, e reduzir os encargos da dívida.

Não há dúvida de que essa "reforma" é muito importante. Mas não há dúvida, também, de que com ela o governo pretende, pura e simplesmente, voltar a preencher necessidades de financiamento do setor público (ou seja, voltar a sustentar o déficit governamental) com recursos externos. Lembremos que a maior parte da dívida externa brasileira foi formada devido a necessidades de financiamento do setor público — em palavras simples, para alimentar os sonhos de grandeza de governos descontrolados e incontroláveis. Quando a dívida externa parou de crescer, por decisão dos credores, que acharam de bom alvitre não emprestar mais dinheiro, passou a crescer a dívida interna. Até o seu limite máximo suportável sem destruição da economia privada.

Agora, o que temos na prática, em termos simples, é um governo sem nenhuma possibilidade ou capacidade de continuar endividando-se, interna ou externamente, que, no entanto, continua gastando como antes, isto é, continua com as mesmas (ou até maiores) necessidades de financiamento. Que se recusa, simplesmente, a reduzir suas necessidades de financiamento.

Nesse impasse, as autoridades da Nova República ao invés de se voltarem, diligentemente e eficientemente, para apertar o cinto da máquina governamental, reduzindo as suas necessidades de financiamento — como freqüentemente fazem com o setor privado — preparam-se para o quê? Preparam-se para conseguir, de algum modo, que os credores externos voltem a financiar o déficit público brasileiro, seja por alguma forma qualquer de redução dos pagamentos de serviço da dívida externa que possa surgir. Uma nova inadimplência do México — que parece iminente — talvez criasse boa oportunidade política para "reformar" o tratamento da dívida, no sentido desejado por aqueles que perseguem o mais fácil — arranjar dinheiro para sustentar os esbanjamentos governamentais, e não cortar os esbanjamentos.

No fundo, o que se passou no Brasil nos últimos 22 anos é o seguinte, em rápidas pinceladas: a tentativa do governo Castello Branco de realmente reformar, enxugar e racionalizar o governo brasileiro foi rapidamente abandonada e substituída, nos governos que se seguiram, pelo método mais fácil de financiá-lo com empréstimos externos. Delfim e Simonsen obtiveram isso "numa boa" e em escala crescente. A Nova República ficou com o abacaxi de ter de descascar o setor público. Mas não o aceita. Quer simplesmente reproduzir a fórmula Delfim-Simonsen, no grito ou na marra, já que os credores relutam. O objetivo porém é de idêntica natureza. O Estado comunista soviético foi construído às custas do povo russo, porque nenhum capitalista, na época, finanziava pretensões governamentais. O Estado "construi-

MESQUITA

vista" brasileiro pretende erigir-se às custas dos credores externos. O objetivo, todavia, não difere: trata-se de ampliar e fortalecer o Estado — sempre.